

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.270.746 - DF (2018/0072556-0)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
AGRAVADO : TITO NUNES DE SOUZA
ADVOGADO : MARIA AUXILIADORA BICHARRA DA SILVA
SANTANA - AM003004

DECISÃO

ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. INEXISTÊNCIA DA ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. ESTA CORTE TEM O ENTENDIMENTO DE QUE O TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL PARA O AJUIZAMENTO DE AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E MATERIAL CONTRA ATO DO ESTADO OCORRE NO MOMENTO EM QUE SE CONSTATA A LESÃO E OS SEUS EFEITOS, CONFORME O PRINCÍPIO DA ACTIO NATA (AGINT NO AGINT NO AGINT NOS EDCL NO RESP 1.680.392/GO, REL. MIN. REGINA HELENA COSTA, DJE 19.6.2018). INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83 DO STJ. INVIABILIDADE NA ANÁLISE DE FATOS E PROVAS QUANTO À ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE DANO OU NEXO CAUSAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283 DO STF. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DA FUNASA A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial interposto pela FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE-FUNASA, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c* da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo egrégio TRF da 1a. Região, assim ementado:

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. CONTAMINAÇÃO DE AGENTE DE SAÚDE POR DDT. OMISSÃO NEGLIGENTE DA FUNASA NO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA. PRESCRIÇÃO. INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PRODUÇÃO DE PROVA. AMPLA DEFESA. SENTENÇA ANULADA.

1. *Apelação interposta contra sentença que, em ação de rito ordinário, julgou improcedente o pedido inicial, bem como reconheceu a prescrição da pretensão autoral relativa à ocorrência de danos morais, nos termos do art. 269, I e IV, do CPC/1973.*

2. *A jurisprudência da Corte tem acolhido indenizações por danos morais em casos de agentes de saúde que sofreram contaminação sangüínea com o uso do pesticida sintético diclorodifeniltricloroetano - DDT, sem proteção, nas campanhas de saúde pública da SUCAM/FUNASA, voltadas à erradicação de doenças epidêmicas*

nas zonas rural e urbana, independentemente do desenvolvimento de patologias associadas ao produto.

3. *Como Estado Democrático de Direito, o Brasil se vincula, jurídica e moralmente, por expressa disposição constitucional (art. 1o., inciso III, CF/1988), ao princípio da dignidade da pessoa humana, resultando, daí, o seu dever de, conforme doutrina e jurisprudência absolutamente consagradas no Direito Comparado, tratar os seres humanos, especialmente seus cidadãos, como fim e não como instrumentos da ação estatal.*

4. *A angústia vivida pelos agentes de saúde da FUNASA, diante da ciência de uma situação potencialmente causadora de graves comprometimentos da saúde, justifica a condenação do Estado ao pagamento de indenização por danos morais.*

5. *Em ação em que se objetiva a condenação da FUNASA ao pagamento de indenização decorrente de exposição desprotegida ao DDT em campanhas de saúde pública, o prazo de prescrição se inicia com a ciência do trabalhador sobre a sua contaminação.*

6. *No caso, não há nos autos nenhuma prova que se possa extrair em que momento a parte! autora teve ciência de sua alegada contaminação com o DDT como, por exemplo, algum exame de sangue laboratorial. Sendo assim, o prazo prescricional sequer começou a correr.*

7. *A verificação do dano moral, decorrente da exposição desprotegida a pesticidas em campanhas de saúde pública, depende de instrução probatória mínima, na qual se assegure ao requerente a possibilidade de comprovar a exposição desprotegida ao DDT, o que poderá ser feito, por qualquer prova admitida em Direito, como, por exemplo, prova testemunhai, documentos ou com a comprovação da presença de DDT em seu organismo, o que rotineiramente se faz por exame laboratorial de sangue.*

8. *Sentença anulada de ofício, determinado o retorno dos autos à origem para que se realize a devida instrução probatória.*

9. *Apelação da parte autora prejudicada.*

2. Os Embargos de Declaração opostos foram

rejeitados (fls. 395/401).

3. Nas razões do seu Apelo Nobre inadmitido, a parte recorrente aponta violação dos arts. 485, VI, 1.022 do Código Fux; 13, inciso II do Decreto 66.623/1970; 10 do Decreto 2.839/1998; do art. 1º. *F* da Lei 9.494/1997; e 1º. da Lei 9.494/1997, aos seguintes argumentos: (a) a despeito da oposição dos Embargos de Declaração, o acórdão recorrido foi omisso quanto aos dispositivos violados; (b) a consumação da prescrição, na medida em que transcorreram mais de cinco anos entre a data do fato do qual se originou o dano moral e o ajuizamento da demanda; (c) não houve comprovação de que a parte recorrente é portadora de enfermidade, e também não ficou demonstrado o nexo de causalidade entre a alegada contaminação e as condições de trabalho a que fora submetida ao manusear o DDT no período em que trabalhava como agente de endemias da FUNASA; (d) ilegitimidade passiva da FUNASA;

4. Com contrarrazões (fls. 388/394), o Apelo Raro foi inadmitido pela Presidência do Tribunal de origem (fls. 404/408).

5. É o relatório.

6. Inicialmente, é importante ressaltar que o presente Recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3 do STJ, segundo o qual, aos recursos interpostos com fundamento no Código Fux (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016), serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo Código.

7. Rejeita-se de plano a alegação de ilegitimidade passiva da FUNASA, porquanto a própria parte recorrente afirma que a FUNASA só foi criada em 1990 e que o autor da ação só ingressou nos seus quadros em 1991 (fls. 442). Logo, resta evidente que não é o caso de ilegitimidade, uma vez que a parte recorrente entrou na empresa na gestão da FUNASA.

8. Constata-se que a parte recorrente não demonstrou em que consiste a ofensa aos arts. 1.022, II do Código Fux, pois se limitou a alegar de

forma genérica a existência de supostas omissões no aresto recorrido, sem a indicação específica dos pontos sobre os quais o julgador deveria ter se manifestado, o que inviabiliza a compreensão da controvérsia. Incide, portanto, a aplicação do óbice previsto na Súmula 284 do STF.

9. Com relação à consumação da prescrição, não merece prosperar o Apelo da parte recorrente, uma vez que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça está assentada no sentido de que o termo inicial do prazo prescricional para o ajuizamento de ação de indenização por dano moral e material contra ato do Estado ocorre no momento em que se constata a lesão e os seus efeitos, conforme princípio da *actio nata*. Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE COMBATE A FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS DO ACÓRDÃO. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DAS SÚMULAS N. 283 E 284/STF. PLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ACTIO NATA. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DO STJ. PRESCRIÇÃO. VALOR DA INDENIZAÇÃO. PROPORCIONALIDADE. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. INCIDÊNCIA. RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL. DATA DO EVENTO DANOSO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I. Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II. A Corte de origem apreciou todas as questões relevantes apresentadas com fundamentos suficientes, mediante apreciação da disciplina normativa e cotejo ao posicionamento jurisprudencial aplicável à hipótese. Inexistência de omissão, contradição ou obscuridade.

III. A jurisprudência desta Corte considera deficiente a fundamentação quando a parte deixa de impugnar fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido, apresentando razões recursais dissociadas dos fundamentos utilizados pela Corte de origem. Incidência, por

analogia, das Súmulas n. 283 e 284/STF.

IV. Esta Corte possui orientação jurisprudencial, segundo a qual o curso do prazo prescricional do direito de reparação inicia-se somente quando o titular do direito subjetivo violado passa a conhecer o fato e a extensão de suas consequências, conforme o princípio da actio nata.

(...) (AgInt no AgInt no AgInt nos EDcl no REsp. 1.680.392/GO, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, DJe 19.6.2018).

2 2 2

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. INDENIZAÇÃO. TROCA DE BEBÊS EM MATERNIDADE PÚBLICA. PRESCRIÇÃO. TEORIA DA ACTIO NATA. REVISÃO. DANO MORAL. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. *Cuida-se, na origem, de Ação de Compensação por Danos Morais ajuizada pelos agravados buscando o reconhecimento da responsabilidade civil do Estado em razão do dano aos direitos da personalidade causados pela troca de bebês em maternidade pública.*

2. *Em relação ao termo inicial da prescrição, deve ser observada a teoria da actio nata, em sua feição subjetiva, pela qual o prazo prescricional deve ter início a partir do conhecimento da violação ou da lesão ao direito subjetivo.*

3. *No tocante aos danos morais, somente em hipóteses excepcionais, quando estiver evidente que o quantum indenizatório foi fixado em montante irrisório ou exorbitante, é possível ao STJ rever o valor arbitrado pelas instâncias ordinárias com esteio nos deslindes fáticos da controvérsia, o que não se verifica in casu.* 4. *A Corte a quo, de maneira amplamente fundamentada e atenta às peculiaridades do caso concreto, o qual diz respeito a questão extremamente delicada (bebês trocados na maternidade), entendeu que os elementos evidenciados nos autos "demonstram a ocorrência de uma enorme violação dos direitos de personalidade dos apelados, a justificar a fixação de indenização no patamar de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para cada um".*

5. *Aplicar posicionamento distinto do proferido pelo aresto confrontado implica reexame da matéria fático-probatória, o que é inviável no Superior Tribunal de Justiça, ante o óbice da Súmula 7/STJ.*

6. *Agravo Interno não provido (AgInt no REsp. 1.682.737/AC, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 21.11.2018).*

10. Incide ao caso, destarte, a Súmula 83 do STJ para impedir o prosseguimento do Apelo Nobre.

11. Quanto à alegação de que não foi comprovada a enfermidade da parte recorrente, bem como o nexo de causalidade entre a alegada contaminação e as condições de trabalho a que fora submetida ao manusear o DDT no período em que trabalhava como agente da FUNASA, deixa-se de apreciá-la, porquanto para modificar as conclusões do acórdão recorrido seria necessário o reexame do conjunto fático-probatório, circunstância que atrai a incidência da Súmula 7/STJ.

12. Em relação à alegação de violação do art. 1º. F da Lei 9.494/1997, a tese sobre a correção monetária foi suscitada somente nas razões recursais, em Recurso Especial, tratando-se de inovação recursal. Assim, ausente o indispensável prequestionamento pela instância ordinária. Incidência da Súmula 211/STJ.

13. Quanto à interposição do recurso com fundamento na alínea c do art. 105, III da CF, o sugerido dissídio jurisprudencial não foi analiticamente demonstrado. A interposição de Recurso Especial para o Superior Tribunal de Justiça requer o primoroso atendimento de requisitos constitucionais de alta definição jurídica. Assim, a demonstração da chamada divergência pretoriana deve se dar de forma analítica e documentada, por meio do cotejo analítico, para comprovar que a decisão recorrida está em desacordo com precedentes julgados de outros Tribunais, inclusive e especialmente deste STJ (art. 105, III, c da Carta Magna).

14. Observa-se que foram interpostos 2 (dois) recursos especiais. A decisão se refere ao primeiro recurso protocolizado neste Tribunal com data de 10 de Maio. O segundo recurso, dada a ocorrência da preclusão consumativa, dá-se por prejudicado.

15. Ante o exposto, nega-se provimento ao Agravo em Recurso Especial da FUNASA.

16. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília, 04 de fevereiro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

